



MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. [1988]. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2019. 88 páginas.

O GRITO DOS SILENCIADOS¹

Evandro Rosa de Araújo²
Universidade Federal de Goiás
(evandrorj49@gmail.com)

Kabengele Munanga nasceu em 19 de novembro de 1942, na República Democrática do Congo, antigo Zaire, fez mestrado na Bélgica e mudou-se para o Brasil em 1980. Doutorou-se pela USP, foi professor de Antropologia na Universidade do Rio Grande do Norte e, depois de algum tempo, mudou-se para São Paulo, onde exerceu a docência na Universidade de São Paulo. Possui trabalhos na área de culturas africanas, com críticas à antropologia colonial.

Seu livro *Negritude: usos e sentidos*, originalmente publicado em 1988, pela editora Ática (Série Princípios), é um convite para o entendimento do termo “negritude”. Embora tenha sido escrita há mais três décadas, a obra ainda continua atual, por mostrar de forma concisa, os desdobramentos da situação racial na sociedade contemporânea. O autor, na citada obra, dialoga com teóricos como Margarido (1962), Adotevi (1972), Nascimento (1981), Brend (1984), Souza (1983), entre outros.

Na Introdução, o autor faz um breve resumo do que o leitor irá encontrar ao longo do livro. Nele, Munanga enfatiza que, se não fosse a escravização e a colonização da comunidade negra, a *negritude* nem teria nascido. No entanto, ele pontua que a discriminação contra os negros, bem como o descaso por sua cultura, teria mais fortemente se enraizado na sociedade se não fosse a existência de vozes que não aceitaram passivamente a aniquilação imposta pelo branco.

Certamente, a negritude enquanto movimento é um despertar para suas condições no mundo de lutas, onde nem sempre a vitória é certa. Num “mundo onde as coisas machucam; [...], onde exigem que eu lute; um mundo onde sempre estão em jogo o aniquilamento ou a vitória”, conforme destaca Fanon (2008, p. 189), portanto é fundamental que estejamos preparados.

O autor de *Negritude: usos e sentidos* salienta os esforços da cultura branca hegemônica para a diminuição intelectual e moral de todas as comunidades negras. Ele critica de forma veemente a imposição dos valores europeus em virtude dos africanos arrancados de suas terras e aos habitantes originais das terras colonizadas em geral. Ao longo dessa seção de sua obra, Munanga pontua que o único caminho aberto aos negros para mudar a sua realidade estaria, de certa

¹ Resenha elaborada para a disciplina: Tópicos em questões culturais e identitárias de línguas naturais, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de pesquisa LP7, ministrada pela Profa. Dra. Rosângela A. R. Carreira.

² Mestre em Letras pela PUC-GO e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – UFG.



forma, na assimilação das ideias do patriarcado europeu. No entanto, o preço a ser pago seria alto, pois implicaria negar sua identidade, cultura e seus valores.

Noutro momento da obra, Munanga (2019) deixa claro que ao assumir a ideologia do branco, os negros não deixaram de ser inferiorizados, continuando a ser discriminados e invisibilizados pela sociedade. Nas palavras do autor, muitos daqueles que aceitaram o processo de assimilação abandonaram os seus princípios, assumindo valores alheios à sua cultura. Em contrapartida, parte da comunidade negra percebeu que essa situação poderia ser mudada mediante a negação do *embranquecimento* e a aceitação de sua herança sociocultural. A *negritude*, como movimento, nasce, portanto, dessa rebeldia dos povos negros à dominação branca.

A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais do branco, é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo – o fetiche do branco, da brancura (VERGNE *et. al.*, 2015, p. 256).

Neste sentido, o movimento *negritude* é importante, pois contribui para a reflexão sobre a condição dos negros ao longo das lutas travadas em busca de seus direitos. Reconhecendo-se como vítimas de racismo ao longo de todo o processo diaspórico de vários séculos, seja no continente americano ou fora dele, em países como Brasil, Estados Unidos da América, África do Sul, Inglaterra, entre outros. Para Stuart Hall (2003, p. 32), o conceito de diáspora “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um, Outro e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”, por isso, a diáspora africana abordada no texto é consequência da colonização, ou seja, é a saída da África para outros continentes em consequência da perseguição sofrida.

No primeiro capítulo do livro, “Condições históricas”, o autor convida o leitor a fazer uma reflexão sobre o processo sócio-histórico da condição dos negros, em face da imposição da superioridade do europeu aos colonizados. Ao serem submetidos ao processo “civilizatório” conduzido pelos europeus, os colonizados tiveram que negar suas origens e assimilar a cultura do impositor. Com isso, a colonização foi-lhe apresentada como um dever, ou como uma possibilidade de mudança de sua condição “degradante” de vida.

Essa missão “civilizatória” fez com que os subjugados acreditassem que, para ser um cidadão civilizado, deveriam tolerar e assumir os costumes e os preceitos ocidentais. Não por outro motivo, foi propagada a falácia de que, conforme Munanga (2019, p. 185), “uma vez civilizados, os negros seriam assimilados aos povos europeus considerados superiores, ou seja, tornar-se-iam iguais aos brancos”. Com esse discurso, o dominador branco legitimou a superioridade de sua raça sobre os povos escravizados ou colonizados.

Na medida em que concebe a cultura europeia como um meio de se desligar de sua raça é que ele é um alienado. Para o segundo, é como vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no



desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior (FANON, 2008, p. 185).

Em contrapartida, o autor mostra que, mesmo se esforçando para assimilar a cultura europeia, os negros continuaram em uma condição inferior a dos brancos, pois a cor da pele e os traços fenótipos sempre foram condição *sine qua non* para o reconhecimento identitário. Contribuindo para a legitimação do processo de dominação, a Igreja Católica fez da cor preta a suprema “representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho”, segundo Munanga (2019, p. 15).

Outro aspecto importante enfatizado pelo autor nesse capítulo é a questão linguística. Em consonância com Munanga (2019, p. 20), “a língua do colonizado não possui dignidade nenhuma no país e nos concertos dos povos”, e, “munido apenas de sua língua, o negro torna-se estrangeiro dentro de sua própria terra”. Falando uma língua diferente daquela que era própria do colonizador, os negros eram inferiorizados, sendo, assim, discriminados.

Em contrapartida, Woodward (2014, p. 11) afirma que “a identidade é marcada pela diferença”, neste caso, isso se manifesta pela desvalorização da língua dos colonizados pelos colonizadores, que falavam um idioma diferente. Com isso, entende-se que o papel da língua do dominador é servir como um meio para o apagamento da memória coletiva de um povo e, por meio dela, a manutenção do seu *status* dominante diante dos colonizados.

No segundo capítulo, “Tentativa de assimilação dos valores culturais do branco”, Munanga (2019, p. 27) faz uma crítica a respeito do embranquecimento, que, de acordo com ele, é realizado “principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco. O colonizador, aos poucos, vai impondo sua religião, sua música, seu jeito de ser aos povos que subjuga, e de tanto falar e diminuir a cultura destes, acaba por fazê-los acreditar que precisam modificar seus costumes.

Neste sentido, Freire (2007, p. 60) diz que é melhor não virem “[...] com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas, ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude [...]”. Ao passo que Munanga (2019, p. 30) também nos alerta sobre os perigos desta suposta alienação quando diz que “as negras desesperam-se, alisando os cabelos e torturando a pele com produtos químicos, a fim de clareá-la um pouco. Escondem-se o passado, as tradições, as raízes”.

Esse capítulo é importante porque destaca os extremos a que chegou o projeto colonial, cujos resquícios da imposição de valores culturais eurocêntricos ainda hoje são visíveis nos países ocidentais e em outras partes do mundo. Muitos dos que foram submetidos a esse processo ainda não conseguiram se libertar dessa imposição que os obrigou desistir de sua identidade e a viver uma falsa realidade para justificar ou naturalizar a escravidão ou as dominações impostas. Thiong’o (1981, p. 3) afirma que “[...] o efeito de uma bomba cultural é aniquilar a crença de um povoem seus nomes, em suas línguas, em seu ambiente, em sua herança de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, finalmente, em si mesmo”.



No terceiro capítulo do livro, “O negro recusa a assimilação”, o autor traça um panorama da questão da assimilação cultural e das críticas que tal processo recebe em diversas partes do mundo. O autor salienta que, após um longo tempo de aceitação da imposição branca, “era tempo de buscar outros caminhos”, de acordo com Munanga (2019, p. 32).

Muitos negros já conseguiam reconhecer o discurso falacioso e discriminatório do branco. Um sentimento de revolta, misturado com o desejo de mudança, impulsionou-os a ir em busca daquilo que há muito tempo lhes havia sido negado: o reconhecimento de suas identidades perdidas. Conforme Munanga (2019, p. 34), “ao lado do confronto aberto entre os dois extremos da sociedade colonial, desenvolve-se nas faixas intermediárias um sentimento de amargura e frustração, e um desejo urgente de contestar a marginalidade e descobrir uma identidade”.

Os negros queriam urgentemente autorreconhecerem-se e valorizarem sua história e suas habilidades, como disse Munanga (2019, p. 34), “daí a volta imperiosa às origens”. Já não há mais espaço para acreditar no discurso que aos poucos foi-lhes imposto. Agora eles já sabem que “a ideia de uma África com negros bárbaros era uma invenção europeia” (MUNANGA, 2019, p. 41). Dessa forma, muitas lutas foram e vêm sendo travadas em prol do reconhecimento da religião, da literatura, da música e da cultura negra. Todavia, a *negritude*, como movimento, precisa de um reconhecimento harmônico, intercultural, pois Munanga (2019, p. 49) diz que “o negro não quer se isolar do resto do mundo”.

Dessa forma, é importante que haja um diálogo entre os povos de diferentes lugares, com ideias e culturas diversificadas e, que seja promovida a valorização da vida, do meio ambiente, e das culturas em suas múltiplas manifestações. Partindo destes princípios, os negros têm muito a aprender com os brancos e os brancos têm muito a aprender com a cultura negra.

No quarto capítulo, “Diferentes acepções e rumos da negritude”, Munanga (2019, p. 51) destaca que a “negritude seria [...] tudo o que tange à raça negra” e esclarece que esse movimento ideológico nasceu há mais de cinquenta anos, apoiado nas ideias de Bernard Lecherbonnier. O autor também chama a atenção para as definições da negritude, que, segundo ele, giram em torno de duas interpretações: uma *mítica* e outra *ideológica*. Na interpretação mítica, a negritude estaria calcada na descoberta do passado africano, no retorno às origens, na negação do Ocidente etc. Já a ideológica se constrói na imposição agressiva ao branco, nas situações históricas e psicológicas, na pressuposição de ações que se aproximam das teorias Marxistas; além de aproximar a problemática negra com a dos colonizados; etc.

Munanga também destaca algumas definições que se aplicam à negritude como movimento: seu caráter biológico ou racial, o conceito sociocultural de classe, o caráter psicológico, a definição cultural, a negritude dolorosa, a negritude agressiva, a negritude serena e a negritude vitoriosa. Todos esses temas conduzem à reflexão sobre o seu entrelaçamento com teorias que discutem a questão dos negros, em suas múltiplas acepções. Sabe-se que os negros, ao longo da história, conquistaram seus direitos a duras penas, submetendo-se a provas para mostrar ao mundo que



não é a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do rosto que fazem um indivíduo melhor ou pior do que outro. Nessa parte do trabalho, o autor aborda de forma bastante didática essas questões.

No quinto capítulo, intitulado “Críticas”, Munanga (2019, p. 56) salienta que a negritude “nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não encontrarem no *humanismo ocidental* todas as dimensões de sua personalidade”. Ele aponta quatro atitudes importantes para a luta pela afirmação da identidade negra: a defesa de seu perfil cultural; o protesto contra a atitude do europeu de querer ignorar outra realidade que não a dele; a recusa à assimilação colonial; e a rejeição política.

Munanga (2019, p. 58), mostra ainda, ao longo do texto, o conjunto de valores que devem ser reencontrados, defendidos e mesmo repensados pelo movimento da negritude. Para ele, é necessário e urgente “proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros”. O autor salienta que é por meio de uma política de contra-aculturação, ou seja, de desalienação, que os negros alcançarão verdadeiramente seus direitos. Assim, ele pontua algumas palavras de ordem tais como unidade, originalidade, eficácia e missão civilizadora da África.

As últimas páginas do livro trazem um *vocabulário crítico* e uma bibliografia comentada. O vocabulário crítico é importante por ser o livro uma obra que se destina a leitores de diferentes áreas e níveis de familiaridade com o tema e, muitas vezes, alguns dicionários não esclarecem com justeza o significado dos termos abordados ao longo do texto. Já a bibliografia comentada serve aos propósitos de dar a conhecer um pouco de cada obra utilizada para a fundamentação do tema analisado no livro *Negritude: usos e sentidos*. Essas informações também servem ao propósito de ajudar o leitor na escolha do livro adequado, caso esteja interessado em se aprofundar no tema.

Munanga (2019) traça, portanto, um panorama da negritude desde os primórdios da escravidão até a progressiva luta pela recuperação da cultura negra alienada pelo colonizador. Ao mesmo tempo que resgata o passado, apresenta também *flashes* do presente, como se já o estivesse prevendo ao escrever o livro. A obra também mostra perspectivas para o futuro, que parece ainda não ter chegado.



Referências

ADOTEVI, Stanislas. **Negritude et negrologues**. Paris: Union Generale d'Editions, 1972.

BERND, Zila. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MARGARIDO, Alfredo. **Negritude e humanismo**. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1964.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-africanismo na América do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

THIONG'O, N. **Decolonizing the mind**. London: Harare: Zimbabwe Publishing House, 1981.

VERGNE, Celso de Moraes; VILHENA, Júnia; ZAMORA, Maria Helena; ROSA, Carlos Mendes. A palavra...é genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. **Psicologia & sociedade**, v. 27, n. 3, p. 516-528, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. São Paulo: Ed. Vozes, 2000, p. 7-72.

Recebido em: 08 de nov. de 2021
Aprovado em: 09 de dez. de 2021